



52  
9.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

Um Orçamento Municipal tem que traduzir o programa e deverá prever a estratégia a médio prazo, não devendo limitar-se à estratégia definida para o ano em que foi concebido. Nunca o nosso concelho teve uma abordagem clara nesta matéria, preferindo-se uma organização em que as grandes opções eram opacas ou desconexas.

Foi opção clara do atual executivo intervir numa série de áreas que considera prioritárias para o desenvolvimento da Ponta do Sol: a modernização administrativa, o planeamento e a mobilidade, a participação e a cidadania, o património municipal, a gestão territorial, a ação social, a cultura, o ambiente.

Em termos políticos, a nossa aposta na modernização administrativa já se iniciou com projeto da Loja do Município e com a criação do Portal Web da Ponta do Sol. Em 2019 teremos a obra física da loja e aprofundaremos os primeiros serviços online para estarmos mais próximos dos munícipes. O passo seguinte leva-nos a ser ainda mais ambiciosos: o início do processo de desmaterialização documental, já no próximo ano.

São ainda prioridades para este executivo a recuperação de património municipal, a gestão atenta do nosso território e a sustentabilidade ambiental. Nestas áreas demos passos importantes: concluída a fase de planeamento, avançaremos em 2019 com a obra de recuperação de um cemitério municipal, com a implementação de um sistema mais ágil para a recolha de resíduos sólidos, com a reativação faseada da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e com a recuperação e tratamento adequado das Estações de Tratamento de Água (ETA), equipamentos esquecidos ou votados ao abandono. São ainda prioritárias diversas intervenções na rede viária para melhoria nas acessibilidades e para corrigir situações em estradas mal planeadas e que carecem de intervenção para garantir condições de segurança ao trânsito e escoamento apropriado de águas pluviais. Para evitar situações deste tipo, a aposta num planeamento calmo e refletido é imperativo, o que permite em última análise poupar recursos que são escassos para as competências atribuídas ao Município.

Assumimos que na base da nossa ação política encontram-se as pessoas. Assim, quisemos que neste orçamento se desse especial atenção à Coesão Social, através de várias medidas como o apoio à Educação, que abrangerá pela primeira vez todos os níveis de ensino com o apoio em manuais escolares. Por outro lado, o apoio às famílias mais carenciadas com a ajuda à aquisição de bens alimentares e ainda o programa de ajudas técnicas aos mais idosos com o empréstimo de camas articuladas e cadeiras de rodas, reveste-se de uma particular importância e define uma orientação que este executivo está a seguir no sentido de apoiar uma parte significativa da nossa população, os nossos idosos.

Apostamos também na promoção e desenvolvimento de projetos estruturantes que resultarão na melhoria das condições de vida da população do Concelho, ao mesmo tempo que promovem e incentivam o investimento privado num Concelho que se quer de oportunidades, mais moderno e inovador. Continuamos ainda a apostar na cultura, direcionando os apoios para projetos que apostem na criação artística e na formação, e elevando os eventos por nós organizados para patamares de excelência maiores. E porque a memória é o que dá sentido ao presente, a recuperação do nosso património material e imaterial será também um pilar da nossa política cultural.



Sc

Um Orçamento que prevê uma estratégia de médio prazo, não esquece a participação cívica. Já demos início a um espaço de intervenção direta ao criarmos a plataforma "Proponho para o município", inserida no portal Web do município. Contudo, entendemos que não se pode ficar por aí, pelo que, pela primeira vez, o Orçamento da Ponta do Sol contempla uma verba para a implementação do Orçamento Participativo do nosso concelho.

4

Assim, este é um Orçamento que mantém um princípio adotado neste mandato: rigor nas contas públicas, com respeito pelo dinheiro dos contribuintes, planeando e escolhendo as propostas com melhor relação preço/qualidade e sempre, mas mesmo sempre, pagando tudo a tempo e horas, desta forma trabalhando numa relação de compromisso e confiança com os empresários, dentro do estrito cumprimento da Lei e não deixando de servir a Ponta do Sol e os Ponta-solenses.

Ponta do Sol, 19 de outubro de 2018

A Presidente da Câmara

(Célia Maria da Silva Pecegueiro)



5

## INTRODUÇÃO

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) define como documentos previsionais a adotar pelas Autarquias Locais, as Grandes Opções do Plano onde são delimitadas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município de que fazem parte o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades mais Relevantes.

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano (GOP) municipais para 2019 são instrumentos de política orçamental e económica, tendo como objetivo responder às necessidades das pessoas, salvaguardando o seu futuro e do meio envolvente, sem colocar em causa o equilíbrio necessário que decorre de recursos financeiros limitados

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais) apresenta-se e submete-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, as Grandes Opções do Plano que incluem o Plano Plurianual de Investimentos, as Atividades Municipais mais Relevantes e a proposta de Orçamento para 2019.

A presente proposta de Orçamento segue os princípios enumerados na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual. Embora esteja prevista a entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019 do Novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e segundo orientações da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), os documentos previsionais do ano 2019 devem ser elaborados em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na atual redação, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Com o objetivo de dar cumprimento ao disposto na alínea a) do artigo 46.º do Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual), somos a apresentar o relatório com a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes.



*Handwritten signature and initials.*

## ORÇAMENTO

A elaboração do Orçamento de 2019 pautou-se pelo rigor orçamental, económico e financeiro, com objetivo de dar total cumprimento aos compromissos da autarquia, bem como o cumprimento de todos os normativos legais em vigor. O Orçamento 2019 apresenta uma forma de organização diferente nas suas Grandes Opções do Plano, visando esta nova forma ser mais transparente e assertiva.

6

O presente orçamento visa ser um documento estratégico e orientador das políticas a seguir e a implementar durante o próximo ano, bem como nos anos seguintes.

### 1.1. Resumo do Orçamento da Receita e Despesa

O Orçamento do Município da Ponta do Sol para o ano económico de 2019 prevê uma Receita Global e uma Despesa Global no montante de 6.567.398,00 €, apresentando a seguinte distribuição:

RECEITA	Montante	DESPESA	Montante	Desvio
Corrente	6 089 765,00 €	Corrente	5 090 204,00 €	999 561,00 €
Capital	474 225,00 €	Capital	1 477 194,00 €	- 1 002 969,00 €
Outras	3 408,00 €	Outras	- €	3 408,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>6 567 398,00 €</b>	<b>TOTAL</b>	<b>6 567 398,00 €</b>	

Tabela 1 – Resumo do orçamento 2019

Na presente proposta de orçamento, a receita corrente assume um peso de 92,7% no total do orçamento, a receita de capital 7,2% e as outras receitas correntes 0,1%. Relativamente à despesa corrente esta assume um peso de 77,5% e a despesa de capital 22,5%.

### 1.2. Equilíbrio orçamental

O equilíbrio orçamental encontra-se previsto no artigo 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual, em que o seu n.º 1 aponta que “os Orçamentos das entidades do sector local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas”

Neste sentido, a regra do equilíbrio orçamental para 2019 é cumprida com uma margem 936 450,75 € (receita corrente bruta – despesa corrente – média das amortizações de empréstimos).



Verificação do Equilíbrio Orçamental de 2019

Amortizações Médias de Empréstimo e Longo Prazo Artigo 83.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Empréstimos em vigor em 2019	Número de anos de vida útil remanescente do contrato a 01/01/2014	Capital em dívida a 01/01/2014	Amortizações médias
Empréstimo CGD 217.742,00€	8	188 087,93 €	23 510,99 €
Empréstimo Novo Banco 369.593,00€	6	237 595,53 €	39 599,26 €
		<b>TOTAL</b>	<b>63 110,25 €</b>

Para verificação do Equilíbrio Orçamental a 01/01/2019

Receita Corrente >= Despesa Corrente + Amortizações médias de Empréstimos de médio e longo prazo

Receita Corrente	Despesa Corrente	Despesa corrente + Amortizações médias	Margem
6 089 765,00 €	5 090 204,00 €	5 153 314,25 €	936 450,75 €

Tabela 2 – Verificação do Equilíbrio

### 1.3. Quadro plurianual

As regras da anualidade e pluralidade orçamentais previstas nos artigos 41.º e 44.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual, estipulam que a Câmara Municipal apresente à Assembleia Municipal uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental como base para a elaboração dos Orçamentos anuais e de que “os limites são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do Orçamento e indicativos para os restantes” (n.º 3 do artigo 44.º do mesmo diploma).

No entanto, apesar da falta de regulamentação o quadro plurianual apresenta-se o quadro plurianual municipal para os quatro anos seguintes, ou seja, para o período compreendido entre 2019 a 2022

Para a projeção plurianual das despesas (quadro em baixo) foi considerado um acréscimo de 1% nas despesas correntes e nas de capital. Na elaboração do quadro plurianual foi considerado um crescimento médio de 2,2% (de acordo com o crescimento do PIB previsto na proposta de Orçamento do Estado para 2019).

Designação	2019	2020	2021	2022
<b>Total da Despesa</b>	6 567 398,00 €	6 633 071,98	6 699 402,70	6 766 396,73
<b>Total da Receita</b>	6 563 990,00 €	6 708 397,78	6 775 481,76	6 843 236,58
<b>TOTAL</b>	<b>13 131 388,00 €</b>	<b>13 341 469,76 €</b>	<b>13 474 884,46 €</b>	<b>13 609 633,30 €</b>

Tabela 3 – Projeção plurianual das despesas e receitas

### 1.4. Responsabilidades Contingentes

De acordo com o artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação atual, é obrigatória a descrição das responsabilidades contingentes.

Na presente data o executivo não tem conhecimento de nenhuma obrigação que dê origem a passivos contingentes.



Handwritten signature and initials.

## 1.5. Análise ao Orçamento de 2019

### 1.5.1. Orçamento da receita

O Orçamento da Receita foi elaborado, tendo em consideração as regras previsionais estabelecidas no ponto 3.3. das considerações técnicas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na redação atual.

O Orçamento Municipal de Receita para 2019 espelha a realidade do Município da Ponta do Sol e visa dar cumprimento à obrigação no Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual), que no seu artigo 56.º n.º 3 obriga a uma execução de 85% da receita prevista.

O Orçamento Municipal de 2019 apresenta um aumento de 4% na dotação prevista na receita corrente face à prevista no ano anterior e uma diminuição de 57% na receita de capital. Este decréscimo deve-se ao facto de não existir a previsão de recebimentos por parte do quadro comunitário em vigor, existindo a intenção de submissão de novas candidaturas no ano de 2019.

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL 2018	ORÇAMENTO INICIAL 2019	Variação
<b>Receitas correntes</b>			
Impostos diretos	957 020,64 €	992 743,00 €	4%
Impostos indiretos	347 208,41 €	389 274,00 €	12%
Taxas, multas e outras penalidades	278 517,45 €	268 588,00 €	-4%
Rendimentos da propriedade	14 455,37 €	11 556,00 €	-20%
Transferências correntes	3 550 668,00 €	3 677 938,00 €	4%
Venda de bens e serviços correntes	711 286,21 €	740 376,00 €	4%
Outras receitas correntes	7 307,15 €	9 290,00 €	27%
<b>Receitas de capital</b>			
Venda de bens de investimento	- €	- €	0%
Transferências de capital	1 102 964,00 €	474 224,00 €	-57%
Ativos financeiros	- €	- €	0%
Passivos financeiros	- €	- €	0%
Outras receitas de capital	500,00 €	1,00 €	-100%
Rep. não abatidas nos pagamentos	4 642,91 €	3 408,00 €	-27%
<b>Total receita</b>	<b>6 974 570,14 €</b>	<b>6 567 398,00 €</b>	<b>-6%</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>5 866 463,23 €</b>	<b>6 089 765,00 €</b>	<b>4%</b>
<b>Receitas de capital</b>	<b>1 108 106,91 €</b>	<b>477 633,00 €</b>	<b>-57%</b>

Tabela 4 – Variação da previsão da receita

### 1.5.2. Orçamento da despesa – Análise

O Orçamento Municipal de Despesa para 2019 espelha a realidade do Município da Ponta do Sol e visa dar cumprimento à obrigação do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual), bem como às disposições legais em vigor.

O Orçamento Municipal de 2019 apresenta um aumento de 8% na dotação prevista na despesa corrente face à prevista no ano anterior e uma diminuição de 34% na despesa de capital.

Acresce referir, que o orçamento de despesa corrente, na rubrica das despesas com pessoal, prevê os custos com a integração dos lugares vagos no mapa de pessoal anexo ao presente relatório, bem como o aumento das posições remuneratórias (caso aplicável)



SC  
Q

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL 2018	ORÇAMENTO INICIAL 2019	Variação
<b>Despesas correntes</b>			
Despesas com o pessoal	1 666 820,98 €	1 695 645,00 €	2%
Aquisição de bens e serviços	2 410 770,24 €	2 759 926,00 €	14%
Juros e outros encargos	11 500,00 €	12 700,00 €	10%
Transferências correntes	616 940,00 €	588 033,00 €	-5%
Outras despesas correntes	23 000,00 €	33 900,00 €	47%
<b>Despesas de capital</b>			
Aquisição de bens de capital	1 932 722,64 €	1 248 999,00 €	-35%
Transferências de capital	137 500,00 €	125 615,00 €	-9%
Activos financeiros	47 155,00 €	23 580,00 €	-50%
Passivos financeiros	123 161,28 €	64 000,00 €	-48%
Outras despesas de capital	5 000,00 €	15 000,00 €	200%
<b>Total despesa</b>	<b>6 974 570,14 €</b>	<b>6 567 398,00 €</b>	<b>-6%</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>4 729 031,22 €</b>	<b>5 090 204,00 €</b>	<b>8%</b>
<b>Despesa de capital</b>	<b>2 245 538,92 €</b>	<b>1 477 194,00 €</b>	<b>-34%</b>

Tabela 5 – Variação da previsão da despesa



*Handwritten signature and initials.*

### 1.6. Análise às Grandes Opções do Plano 2019

As Grandes Opções do Plano (GOP) definem a orientação estratégica do Município para o quadriénio 2019 – 2022 e tem enquadramento legal na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual.

As grandes opções do plano de 2019 foram construídas tendo por base 7 grandes vetores de atuação. Os vetores identificados, são considerados pilares fundamentais de atuação para o executivo municipal para o quadriénio 2019 – 2022, a saber:

10

Vetores	Descrição
20	GESTÃO AUTÁRQUICA
21	GESTÃO TERRITORIAL
22	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SOCIAL E HUMANO
23	AMBIENTE SUSTENTÁVEL
24	ENERGIA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
25	MOBILIDADE, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES
26	COOPERAÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÕES

No âmbito de atuação em cada um dos vetores, o Executivo Municipal, definiu os seus principais objetivos, os quais estão refletidos no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano das Atividades Municipais mais Relevantes. Assim, a nova estrutura a apresentar no presente orçamento é:

Objetivos	Descrição dos Objetivos
<b>20</b>	<b>GESTÃO AUTÁRQUICA</b>
2001	Apoio à gestão
200101	Planeamento, organização e decisão
200102	Participação e cidadania
2002	Gestão de recursos da autarquia
200201	Modernização administrativa
200202	Serviços municipais
200299	Equipamentos municipais
2003	Proteção civil
<b>21</b>	<b>GESTÃO TERRITORIAL</b>
2101	Planeamento e ordenamento do território
2102	Revitalização urbana
<b>22</b>	<b>DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SOCIAL E HUMANO</b>
2201	Educação
2202	Ação social
2203	Cultura e património
2204	Desporto e lazer
2205	Turismo e promoção
2206	Desenvolvimento económico
2207	Associativismo
2299	Equipamentos municipais
<b>23</b>	<b>AMBIENTE SUSTENTÁVEL</b>
2301	Abastecimento de água
2302	Saneamento básico
2303	Resíduos sólidos urbanos
2304	Higiene pública
2305	Educação ambiental
2306	Zonas balneares
2399	Equipamentos municipais
<b>24</b>	<b>ENERGIA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA</b>
2401	Iluminação pública
2402	Eficiência energética
<b>25</b>	<b>MOBILIDADE, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES</b>
2501	Rede viária e sinalização
2502	Rede pedonal
2503	Estacionamento



Objetivos	Descrição dos Objetivos
2504	Mobilidade
26	COOPERAÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÕES

Importa reforçar, que durante o ano de 2019, serão desenvolvidos esforços no sentido de conceber e apresentar o máximo de projetos elegíveis no âmbito do quadro comunitário em vigor (MADEIRA 14-20). Entendemos ser estratégico e crucial, para a sustentabilidade e crescimento da autarquia, garantir o financiamento dos projetos de construção e beneficiação que se pretendem promover no próximos 4 anos, sendo esta uma preocupação presente e premente.

É, igualmente, importante consolidar a estratégia de cooperação entre administrações, sendo exemplo disso os projetos previstos em cooperação com a AMRAM (Projeto Aquaflow), com a Administração Central (Nova esquadra da polícia de segurança pública da Ponta do Sol), bem como com as 3 juntas de freguesia, reforçando as verbas a transferir para ambas.